



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**RESPOSTA ao RECURSO e CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO: 6423/2024**

**EMPRESAS:** PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - RECORRENTE

**WM TOPOGRAFIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - RECORRIDA**

Processo Licitatório: **11835/2023**

Referente ao:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

**DATA DA ABERTURA:** 22 de abril de 2024

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA EM TERRENOS DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO OU DE INTERESSE PÚBLICO.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor valor global, para registro de preços, com observância da Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 28/03/2024, no jornal de grande circulação (O Dia) em 29/03/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma motivada e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

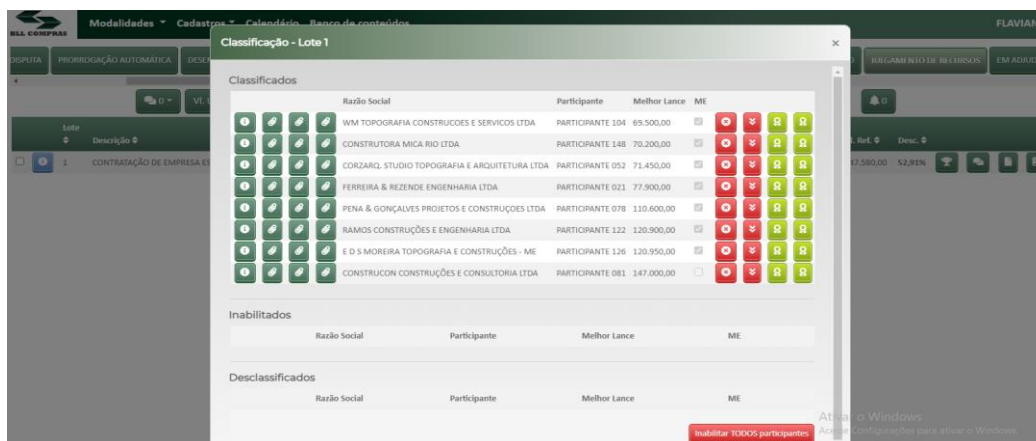
A empresas **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, em 24/04/2024, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: "bom dia Sr Pregoeira, gostaria de manifestar intensão de recurso por entender que o preço apresentado se mostra inexecuível".

**DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:**

O presente recurso foi interposto pela empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** de 25 de abril de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

## DOS FATOS

Na realização do Pregão, as empresas classificadas seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.



Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	PARTICIPANTE 104	65.500,00	
CONSTRUTORA MICA RIO LTDA	PARTICIPANTE 148	70.200,00	
CORZARQ. STUDIO TOPOGRAFIA E ARQUITETURA LTDA	PARTICIPANTE 052	71.450,00	
FERREIRA & REZENDE ENGENHARIA LTDA	PARTICIPANTE 021	77.900,00	
PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	PARTICIPANTE 078	110.600,00	
RAMOS CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA	PARTICIPANTE 122	120.900,00	
E D S MOREIRA TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÕES - ME	PARTICIPANTE 126	120.950,00	
CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	PARTICIPANTE 081	147.000,00	

Inabilitados

Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
--------------	--------------	--------------	----

Desclassificados

Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
--------------	--------------	--------------	----

Ativar 10000 participantes

## DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A RECORRENTE, empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, entende que a “decisão do Agente de Contratação que julgou habilitada a licitante **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**”, bem como, os participantes **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, **CORZARQ. STUDIO TOPOGRAFIA E ARQUITETURA LTDA** e **FERREIRA & REZENDE ENGENHARIA LTDA** deve ser reconsiderada, alegando a inexecutabilidade do contrato, tendo em vista que o valor apresentado foi inferior a 75% do valor orçado pela Administração Pública, de acordo com os fatos que serão informados a seguir pela RECORRENTE.

Em seus fatos a RECORRENTE entende que após declarada vencedora a empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, e ao analisar a proposta de preços apresentada pela Recorrida, que a proposta é manifestamente inexequível em razão dos equívocos expostos no recurso.

Informa a RECORRENTE:

*“1.1 Consoante o Edital de Licitação e em estrita observância ao disposto na Lei 14.133/2021, o órgão estimou o valor da contratação em R\$ 147.580,00 (Cento e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta reais). Entretanto, a vencedora apresentou uma proposta no valor de R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais), representando um desconto de **52,91%** em relação ao valor estimado.*

*Sendo que o percentual máximo permitido de desconto é **25%**”.*

Informa, também, a RECORRENTE o Art. 59, incisos I, II, III, IV, V, § 1º, § 2º, § 3º, dando ênfase ao § 4º, da Lei nº 14.133/2021, que informa:

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Informa, ainda, a RECORRENTE o item 8.2 do edital que diz que: Será desclassificada a proposta com vício ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme art. 59 da lei 14.133/2021.

A RECORRENTE trouxe ao processo, em seu item 1.3, o Acórdão 2198/2023, do Tribunal de Contas da União, relatado pelo Ministro Antônio Anastasia, com a seguinte interpretação:

Considerando que a representante se insurge, em suma, contra a desclassificação de seu lance, que teria sido inferior ao mínimo de 75% definido para lances exequíveis, sem que tenha havido diligência para demonstrar a sua exequibilidade;

Considerando que o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 estabelece que, *"No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração"*;

Considerando que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexecutáveis (art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021);

Considerando que, neste caso, não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexecutabilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexecutável, devendo a proposta ser desclassificada; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 8-9;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente.

A RECORRENTE informa que é essencial garantir que os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e isonomia sejam respeitados nesse processo, e a preocupação com a possibilidade de inexecução do contrato, devido à inexecutabilidade da proposta vencedora; ressaltando que é fundamental que as decisões da comissão de licitação estejam alinhadas com a realidade do mercado, e que a capacidade da empresa vencedora de cumprir as obrigações contratuais seja avaliada de forma criteriosa.

Cita em seu recurso o autor Jose Cretella Junior sobre o aspecto:

**“Preços inexecutáveis, por sua vez, são, ao contrário dos excessivos, os fixados em menor valor do que os constantes no mercado, indicando que o proponente não terá condições de cumprir o contratado se vier a ser vencedor, podendo abandoná-lo ou ser levado à ruína econômica.** Em qualquer das hipóteses, a Comissão deve desclassificar a proposta, motivando a rejeição. Em suma, as propostas que não atendem às exigências do edital, por serem desconformes com o que foi fixado ou as que contiverem preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis serão desclassificadas. (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 303).

A RECORRENTE finaliza o recurso fazendo o pedido:

Diante do exposto, requer a PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, o conhecimento do presente Recurso Administrativo para reformar a decisão administrativa que declarou vencedora a WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, bem como as demais participantes que se encontram na mesma situação (conforme demonstrado na tabela a seguir) em

atendimento aos princípios norteadores do certame licitatório, em especial aos princípios da legalidade e do interesse público, devido a proposta manifestamente inexequível.

	Razão Social:	Valor lance	Percentual de desconto
1	WM TOPOGRAFIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	R\$ 69.500,00	52,91%
2	CONSTRUTORA MICA RIO LTDA	R\$ 70.200,00	52,44%
3	CORZARQ. STUDIO TOPOGRAFIA E ARQUITETURA LTDA	R\$ 71.450,00	51,58%
4	FERREIRA & REZENDE ENGENHARIA LTDA	R\$ 77.900,00	47,21%

#### **DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:**

A empresa RECORRIDA, WM TOPOGRAFIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, apresentou suas contrarrrazões na plataforma BLL compras, em 04/05/2024.

A RECORRIDA em suas considerações iniciais, baseia-se suas contrarrrazões nos termos do artigo 109, §3º da Lei 14.133/2021, informando que a RECORRENTE busca, administrativamente, modificar a classificação da empresa Recorrida.

Em suas alegações a RECORRIDA informa que “segundo os argumentos do recurso da empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, a empresa vencedora apresentou uma proposta no valor de R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais), representando um desconto de 52,91% em relação ao valor estimado, “**que é verdade**”. A empresa recorrida alegou também que Sendo que o percentual máximo permitido de desconto é 25%”. Citou o Art. 59, parágrafo 4, da Lei nº 14.133/2021, além de informar sua irrisignação pleiteando a desclassificação da Recorrida no item que logrou êxito com preços mais vantajosos ao erário.

Em seus fundamentos jurídicos, a RECORRIDA informa que é uma “empresa especializada no ramo pertinente ao objeto lícitado, (SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA) e detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais lícitados”, além de ser “uma empresa séria”, e, “buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido, tendo sido, portanto, considerada habilitada.”

A RECORRIDA continua informando que “o pleito do Recorrente deve ser desprovido por ausência de supedâneo legal e à luz do princípio da dialeticidade, visto que as razões recursais devem efetivamente demonstrar o equívoco da decisão agravada hábil a ensejar a sua reforma, o que não ocorre no presente caso”. Cita o artigo nº 11, inciso I, Lei nº 14.133/2024 que diz:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

A RECORRIDA informa que o “recurso da empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** não sustenta base legal para a desclassificação da proposta da recorrida”, e informa a seguir “alguns conceitos baseados na Lei de Licitações e Contratos para análise de uma proposta manifestamente inexequível, para as OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS”.

Informa, a RECORRIDA o Art. 59, incisos I, II, III, IV, V, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º da Lei nº 14.133/2021. Baseado nesse artigo, a empresa informa que:

*“O inciso III do referido artigo menciona a desclassificação de propostas com preços inexequíveis ou que superem o orçamento estimado para a contratação. Na sequência, o inciso IV permite ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta antes de sua desclassificação, caso ela pareça inexequível à primeira vista. Contudo, surge uma discussão jurídica relevante quanto à natureza relativa ou absoluta da inexequibilidade de propostas em obras e serviços de engenharia.”*

*Alega ainda que “Verificando o § 4º do mesmo artigo, este dispositivo introduz um critério quantitativo para aferição da inexequibilidade especificando que, para tais casos, são consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% do valor orçado pela Administração”.*

Continua a Recorrida apresentando o acórdão 2198/2023 do Tribunal de contas da União (TCU) que relata a respeito de propostas abaixo do limiar de 75% do valor orçado, em contextos de obras e serviços de engenharia, devem ser diretamente desclassificadas sem necessidade de procedimentos adicionais para averiguar a exequibilidade, finalizando apontando que *“Tal posicionamento, ainda que represente uma decisão pontual, sinaliza potencial tendência interpretativa quanto à aplicação estrita do § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.”*

Em seguida, a recorrida propõe uma interpretação da Lei Complementar nº 95/1998 e da Lei nº 14.133/2021, argumentando que a exigência de um limite de 75% para a inexequibilidade de propostas em obras e serviços de engenharia não deve ser interpretada de forma absoluta. Ele sugere que a legislação permite a demonstração de exequibilidade pelo licitante, mesmo que sua proposta esteja abaixo desse limite. Argumenta-se que essa interpretação concilia segurança e eficiência nos processos licitatórios, permitindo flexibilidade para avaliação da viabilidade das propostas, especialmente em contextos onde os custos variam e a expertise técnica dos licitantes pode justificar valores abaixo do limite estabelecido. Conclui dizendo que *“propostas que apresentem valores abaixo do estimado em licitações de obras e serviços de engenharia, é fundamental conceder aos proponentes a chance de manifestação para comprovar a exequibilidade de suas propostas.”*

Traz ainda no item III, da manutenção da proposta mais vantajosa, o argumento que *“os serviços de topografia não fazem parte das atividades contempladas no CNAE de serviços de engenharia, ou seja, são serviços que apoiam a Engenharia através de seus levantamentos, mas que não se enquadram como serviços de Engenharia.”* Apresenta consulta via e-mail feita na entidade profissional competente (CRT-RJ) que informa que *“serviços técnicos, como no caso de topografia” “não se enquadram em serviços de engenharia.”*

*Finaliza requerendo que “seja completamente indeferido o recurso da empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, proposto em função da inaplicabilidade de suas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.”*

### **DO MÉRITO:**

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após todo o exposto na interposição deste recurso e do contrarrecurso, esta Pregoeira diante dos itens reclamados pela RECORRENTE e RECORRIDA, informa o artigo 59, da Lei nº 14.133.2021, que diz:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Entretanto, para melhor decisão do recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-lo, primeiramente, a Procuradoria Geral do Município para análise e parecer e, após ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Setor Técnico, para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que o parecer, manifestações e argumentações serão de suma importância para decisão desta Pregoeira.

• **DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:**

Abaixo resposta da Procuradoria Geral do Município:

(...)

“A Recorrente, PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA interpôs Recurso Administrativo em face da decisão que *“julgou habilitada a licitante”* WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., alegando, em síntese, a inexecuibilidade do contrato, pois o valor apresentado por ela, bem como pelos participantes: CONSTRUTORA MICA RIO LTDA., CORZARQ. STUDIO TOPOGRAFIA E ARQUITETURA LTDA. e FERREIRA & REZENDE ENGENHARIA LTDA., foi inferior a 75% do valor orçado pela Administração Pública, nos termos do que dispõe o artigo 59, §4º, da Lei nº 14.333/2021, requerendo, ao final, a reforma da *“decisão administrativa que declarou vencedora”* a empresa com maior percentual de desconto.

A empresa vencedora apresentou suas contrarrazões sustentando, resumidamente, que o objetivo na licitação é a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sendo a mesma possível e que a alegada inexecuibilidade não é absoluta, defendendo uma interpretação jurídica para conciliar a segurança e a eficiência nos certames, com a flexibilidade das propostas, de modo a permitir a aferição da sua exequibilidade. Além disso, demonstra que o serviço de topografia não faz parte da classe de obras e serviços de engenharia, o que já seria suficiente para concluir pelo indeferimento do recurso interposto.

Não bastasse isso, é informado que o órgão fiscalizador é o CRT-RJ e ao final pede pelo indeferimento do recurso administrativo.

Trata-se de questão meramente de direito, relativa à interpretação ao art. 59, §4º da Lei n. 14.133/21, sobre a presunção de inexecuibilidade das propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração das obras e serviços inserta no referido dispositivo legal é absoluta ou relativa.

Ao observar o teor do §4º do referido dispositivo legal, é possível se ter a impressão de que a presunção é absoluta. Entretanto, avaliando o dispositivo de forma mais ampla, tem-se que o §2º, ao estabelecer que *“a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada”*, confirma a tese de que a presunção mencionada é relativa, devendo ser facultado ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Contudo, deve-se ter em mente que a licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecuibilidade prevista no §4º do artigo 59, da Lei nº 14.133/21 não deve ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, para constatar se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecuibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente.

A jurisprudência sobre o assunto ainda é escassa, pois a legislação é nova, mas já encontramos julgado com o entendimento de que a presunção de inexecuibilidade não é absoluta, conforme se vê:

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação promovida pelo Município de Matão para execução de serviços de limpeza urbana. Desclassificação da impetrante por ter a Administração entendido que a proposta por ela apresentada era inexecuível. Pretensão da apelada de que lhe seja concedida oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Possibilidade. Presunção de inexecuibilidade das propostas de obras e serviços de engenharia inferiores a 75% do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º da Lei n. 14.133/21) que é relativa e não absoluta. Licitação que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que justifica a relatividade da presunção, independentemente da natureza do serviço licitado. Sentença que concedeu a ordem. Recursos oficial, considerado interposto, e voluntários não providos.

(TJ-SP - AC: 10045282320228260347 Matão, Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento: 22/08/2023, Data de Publicação: 23/08/2023).



"Por seu turno, os incisos III e IV do mesmo art. 59 tratam das hipóteses de desclassificação das propostas atreladas ao fato preço e tendo como parâmetro de análise o valor estimado da contratação: a) preço final, após a fase de lances e a tentativa de negociação promovida pelo agente de contratação (art. 61), acima do valor estimado: necessária desclassificação da proposta em razão da parte final do inciso II do art. 59 da NLL; b) preço consideravelmente inferior ao valor estimado que gere suspeita quanto à viabilidade econômico-financeira da oferta de duas naturezas: b.1) presunção absoluta de inexequibilidade, quando a inviabilidade da oferta seja manifesta e evidentemente irrefutável: o agente de contratação procederá à desclassificação da proposta, de forma justificada e demonstrando a partir do conjunto de indícios e em cotejamento com os dados oriundos da estimativa de valor de mercado a implausibilidade de comprovação idônea da viabilidade econômico-financeira da oferta; b.2) presunção relativa de inexequibilidade, quando os valores ofertados "forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração" (§ 4º): o agente de contratação, nos termos do inciso IV e do § 2º do art. 59, deverá necessariamente conceder ao licitante a oportunidade de afastar tal presunção mediante a comprovação da exequibilidade dos preços praticados, sendo-lhe vedado desclassificar, de pronto, a proposta".

em Licitações e Contratos Administrativos Inovações da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, 2ª edição, editora Forense, p.160):

Por outro lado, coligado com a análise do artigo 59 da Lei nº 14.133/21 de forma geral, especialmente seu §2º, caso haja necessidade, entendo que pode haver a oportunidade de ser comprovada a exequibilidade da proposta inferior a 75%.

Porém, considerando que o objeto é a contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de Topografia em terrenos de propriedade do município ou de interesse público e que o efetivo pagamento só deve ocorrer após a realização e não por etapas conforme cronograma, o contratado somente receberá se realizar a contento o trabalho.

Desta forma, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado.

Ao Setor Técnico da SECPLANGE para manifestação”.

(...)

- **DA RESPOSTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SETOR TÉCNICO:**

Abaixo resposta do Setor Técnico, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão:

PARECER TÉCNICO ST-SMPG 019/2024

Considerando processo administrativo nº 6423/2024 referente ao recurso instaurado sobre o Pregão Eletrônico Nº 002/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA EM TERRENOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO OU DE INTERESSE PÚBLICO, esta Fiscalização entende que a empresa cumpriu o estabelecido no Edital e está em conformidade com o que foi determinado no mesmo.

Além disso, conforme mencionado pelo Ilustríssimo Procurador Geral do Município, também entendemos que o objeto contratado será pago conforme a apresentação dos levantamentos topográficos à medida que forem solicitados, e não parcelados conforme o cronograma físico-Financeiro, como, por exemplo, em uma obra de construção.

Informo ainda que os serviços de topografia solicitados serão realizados conforme requerido, com entrega oportuna dos relatórios técnicos acompanhados da devida anotação de responsabilidade, evidenciando nosso compromisso com a execução dos serviços solicitados.

Cabe citar ainda que esta Fiscalização entende que o serviço em questão cabe a notória especialização e intelectual razoabilidade a realizar e elaborar os serviços demandados descritos em Edital, desta forma, entende-se como um serviço comum de engenharia, tendo em vista a complexidade empregada no serviço solicitado, sendo imprescindível que a empresa esteja



devidamente registrada no conselho a que seja pertinente e ainda emita o devido termo de responsabilidade técnica.

Diante disso, opinamos pelo prosseguimento do pregão eletrônico, tendo como vencedor o primeiro colocado, conforme estabelecido previamente”.

Após análise do parecer da Procuradoria Geral do Município e do pronunciamento do Setor Técnico, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a respeito do recurso e contrarrecurso interpostos, esta Pregoeira se manifesta diante das argumentações apresentadas e informa da importância destes para sua decisão.

Informa, também, que para não suscitar dúvidas na hora de sua decisão final, e preocupada em ser totalmente imparcial em sua decisão, na data de 09/05/2024, fez contato, via telefone, com o número 21 3900 9283, pertinente ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais. Onde foi atendida pelo Senhor Ricardo quando, após identificação e informando função, Município e órgão, bem como o motivo do contato. Foi informado por esta Pregoeira sua dúvida quanto ao objeto do pregão realizado, *CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA*, informando que precisava saber se este serviço seria enquadrado em serviços comuns ou serviços de engenharia, determinante para melhor julgamento do caso. O Senhor Ricardo expressou claramente que o serviço é enquadrado em serviços comuns, além de indicar a Resolução RESOLUÇÃO 089, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019, que Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Agrimensura, Geodésia e Cartografia, e Geoprocessamento, para maiores esclarecimentos, o que foi feito por esta Pregoeira.

Com isso, abaixo faço minhas considerações:

Considerando o recurso interposto pela empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, denominada *RECORRENTE*;

Considerando o contrarrecurso apresentado pela empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA**, denominada *RECORRIDA*;

Considerando que de acordo com as informações obtidas pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Resolução nº 089/2019, em seu artigo 1º, que informa que a atividade profissional do Técnico Industrial exige formação de nível médio, presumindo que tais profissionais não pertençam ao ramo de engenharia, ramo este de nível superior;

Considerando todo o exposto no parecer da Procuradoria Geral do Município, principalmente onde informa que “A jurisprudência sobre o assunto ainda é escassa, pois a legislação é nova, mas já encontramos julgado com o entendimento de que a presunção de inexecutabilidade não é absoluta”, informando o mandado de segurança: (TJ-SP - AC: 10045282320228260347 Matão, Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento: 22/08/2023, Data de Publicação: 23/08/2023);

Considerando que o mandado de segurança é muito semelhante ao assunto aqui exposto, onde consta que: a “Licitação que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que justifica a relatividade da presunção, independentemente da natureza do serviço licitado. Sentença que concedeu a ordem”;

Considerando que o Pregão Eletrônico foi realizado do tipo menor preço global para registro de preço, bem como, o item 2.2 da minuta da ata de registro de preços, anexo IV do edital, que informa: “Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações”;

Considerando que esta Administração poderia solicitar GARANTIA ADICIONAL, conforme Art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021, porém, trata-se de um pregão de serviço comum e, neste caso, a Lei não define um critério, somente para casos de obras e serviços de engenharia;

Considerado se tratar de um procedimento licitatório para registro de preços, entendo, que neste momento, não há com a *RECORRIDA* em questão, nenhuma garantia contratual que os serviços serão efetivamente contratados;

Considerando o informado pelo Setor Técnico, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de que: “o objeto contratado será pago conforme a apresentação dos levantamentos topográficos à medida que forem solicitados, e não parcelados conforme cronograma físico - financeiro, como, por exemplo, em uma obra de construção”;

Considerando que de acordo com as informações da Procuradoria Geral do Município e do Setor Técnico, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a *RECORRIDA*, no que tange às exigências de habilitação cumpriu a totalidade do item 9, disposto no edital;

Considerando, que em seus fundamentos jurídicos, a *RECORRIDA* informa que é uma “*empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, (SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA) e detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados*”, além de ser “*uma empresa séria*” (...);

Considerando, por fim, o artigo 422 do Código Civil que diz: “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

#### **DO JULGAMENTO:**

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado.

#### **DA DECISÃO:**

Esta Pregoeira, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa **PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, denominada *RECORRENTE*, para **INDEFERI-LO**, dando prosseguimento ao Pregão Eletrônico nº 002/2024, mantendo habilitada e apta a prosseguir no certame a empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA**, denominada *RECORRIDA*. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 10 de maio de 2024

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Agente de Contratação/Pregoeira